



Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
↓ 1% São Paulo	127.122 → 128.188 6/5 7/5 8/5 9/5	R\$ 5,142 (+ 1,01%)	R\$ 1.412	R\$ 5,545	10,65%	10,39%	Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16
		Últimos					
		3/maio 5,069					
		6/maio 5,074					
		7/maio 5,067					
		8/maio 5,091					

ARRECAÇÃO

Sai consenso sobre desoneração da folha

Equipe econômica e Parlamento chegam a um acordo. Empresários ficarão, pelo menos este ano, sem recolher o tributo

» VICTOR CORREIA

Marcos Oliveira/Agência Senado



Os ministros Fernando Haddad e Alexandre Padilha apresentaram ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, alternativa à reoneração

Neste momento é muito importante que a gente busque a convergência. Aparar as arestas e encontrar um caminho de solução para essa questão de muitas empresas que vivem hoje um drama de recolhimento previdenciário à luz da decisão do STF"

Rodrigo Pacheco,
presidente do
Congresso Nacional

O governo federal e o Congresso firmaram ontem um acordo para retomar, gradualmente, a oneração da folha de pagamentos para os 17 setores intensivos em mão de obra. Para este ano, fica mantida a alíquota zero, que será retomada de forma escalonada nos próximos anos.

O aumento começa em 2025, com 5% sobre a folha, e será 10% em 2026, 15% em 2027 e 20% em 2028, igualando a tributação com as demais atividades econômicas. Além disso, o 13º não será taxado até 2028. Para a folha dos municípios, um acordo deve ser firmado na semana que vem.

O anúncio foi feito ontem, em coletiva de imprensa, no Salão Azul, do Senado Federal. "Em 2028, está tudo zerado. Todo mundo com a mesma alíquota", declarou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, a proposta foi definida em discussão com as empresas afetadas. Para valer, a proposta terá que passar por uma modulação da liminar emitida pelo ministro do STF Cristiano Zanin, uma vez que a Advocacia-Geral da União havia entrado com uma ação questionando a constitucionalidade da Lei 14.784/2023, que prorrogou a desoneração das empresas, aprovada no fim do ano passado, no Congresso.

A judicialização da matéria levou a uma onda de reclamações de empresários, que chegaram a estimar a perda de um milhão de vagas de emprego. Os setores estavam apreensivos porque, com a decisão do Supremo favorável ao governo, o tributo deveria ser recolhido a partir do dia 20 deste mês.

Com a modulação, não será mais necessário o pagamento. Haddad frisou, porém, que o governo terá que apresentar contrapartidas para compensar a perda na arrecadação,

estimada em R\$ 10 bilhões. "A Fazenda, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, vai ter que encontrar alguma compensação para isso. Nós estamos assumindo a responsabilidade desse encaminhamento", afirmou o ministro.

Questionado, Haddad não adiantou quais serão as medidas apresentadas. O anúncio de ontem, porém, abarca apenas as empresas. Há ainda a questão da desoneração da folha dos municípios, que também precisará ser compensada. Juntas, as duas medidas devem custar R\$ 22 bilhões em renúncia fiscal.

O chefe da Fazenda destacou

que o governo também trataria nesta semana com os prefeitos, mas isso foi impossibilitado pela calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul. Muitos dos envolvidos na negociação são gaúchos. O debate será retomado na segunda-feira, mas a ideia do governo é também chegar a um acordo para a reoneração gradual. Haddad destacou, porém, que o modelo utilizado para os municípios deve ser diferente do das empresas.

"Na semana que vem, nós vamos tratar da questão dos municípios, e há alternativas muito interessantes que vão ser exploradas pelos próprios prefeitos e

suas associações", explicou Haddad.

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) comentou que o tema será debatido pelo Senado, também na segunda-feira. À época da judicialização, Pacheco fez críticas duras ao governo e protagonizou uma discussão com o próprio Haddad, que cobrou "responsabilidade fiscal" do Congresso. Em resposta, o senador afirmou que o Legislativo não tem obrigação de concordar com todas as medidas do Executivo, e chamou a crítica do ministro de uma "admoestação desnecessária e injusta".

Com o acordo, Pacheco

pregou a conciliação. "Neste momento é muito importante que a gente busque a convergência. Aparar as arestas e encontrar um caminho de solução para essa questão de muitas empresas que vivem hoje um drama de recolhimento previdenciário à luz da decisão do STF", frisou.

Reforma da folha

Haddad reforçou que o governo pretende propor, após a reforma sobre consumo — atualmente em discussão — a reforma sobre a renda, que incluirá o recolhimento previdenciário, o que porá fim, definitivamente, às atuais

polêmicas. "Eu entendo que, se formos perseverantes, muito antes de 2027 nós teremos a aprovação de um substitutivo para isso", declarou o ministro. "Há abusos de toda ordem. Empresas substituindo trabalhadores com carteira assinada por MEIs (Microempreendedores Individuais). Há uma infinidade de coisas acontecendo no mundo real, que recebe atenção da Receita Federal, preocupação de todos nós e gera distorções e privilégios", emendou.

A proposta de reforma dos tributos sobre a renda e o patrimônio deverá ser encaminhada ao Parlamento em 2025.

PÓS-COPOM

Analistas temem a volta do petismo ao Banco Central

» ROSANA HESSEL

O mercado financeiro reagiu de forma bastante negativa à decisão dividida dos integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de reduzir a taxa básica da economia (Selic) em 0,25 ponto percentual, para 10,50% ao ano. As apostas para a Selic no fim do ano voltaram a ser revisadas para cima e alguns analistas não descartam as chances de que os juros básicos continuem em 10% ou mais até dezembro.

Na última reunião do Copom, entre os nove diretores do BC, prevaleceu a posição da ala ortodoxa e mais cautelosa na condução do ciclo de afrouxamento dos juros básicos. Contudo, a divisão entre os cinco indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro

e os quatro nomeados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano passado, fez analistas acreditarem que, a partir de 2025, o BC será mais leniente com a inflação e mais frouxo às pressões políticas, como ocorreu na gestão de Alexandre Tombini, na gestão de Dilma. Ele atendeu ao governo da petista e fez o BC baixar os juros quando era preciso subir, para controlar a inflação que, em 2015, estourou o teto da meta, de 6,5%, pela primeira vez desde 2003.

Não à toa, ontem, os juros futuros voltaram a subir, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) encerrou o pregão no vermelho (-1%) — na contramão das bolsas internacionais — e o dólar voltou a subir (+1%) em relação ao real, refletindo o aumento da desconfiança dos investidores.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Ex-ministro Mailson da Nóbrega aposta na Selic a 10% no fim do ano

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, acredita que o atual governo está "gradativamente" caminhando para a volta dos erros da gestão de Dilma e caminha para não cumprir nem a meta fiscal e, muito menos, a de inflação. "O governo conseguiu

fugir das metas que criou. Mas isso eram favas contadas. Não deveria ser novidade", frisou.

Na avaliação do economista Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria, o mercado ainda está refazendo as projeções.

Para ele, a Selic encerrará o ano em dois dígitos. "Nós, da Tendências, havíamos mudado o nosso cenário e, antes da decisão do Copom, passamos a prever a Selic em 10% no fim deste ano", destacou Nóbrega. Segundo ele, os departamentos econômicos dos bancos, das consultorias e de outras organizações devem voltar a prever juros de dois dígitos no fim deste ano. O ex-ministro apontou que um dos motivos para essa piora nas projeções foi a mudança da meta fiscal no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, no mês passado.

"O dia ficou muito baseado na decisão do Copom, porque o mercado externo ficou positivo e o dólar se desvalorizou contra a maioria das moedas. Então, realmente, o Brasil teve um dia de mercado reagindo a um fator doméstico, principalmente porque operadores de mercados e economistas entraram numa discussão muito grande sobre o que significa essa divergência nessa divisão do

Copom", destacou Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos. "Boa parte dos operadores ficou bem irritada, entendo que isso mostra um risco fiscal extremamente elevado a longo prazo, mas entenderam também que isso pode ser um fator de desvalorização da moeda", explicou ele, lembrando que a curva de juros voltou a subir e isso pode piorar a atratividade das ações na Bolsa em 2025 e em 2026.

Nova direção

Neste ano, Lula poderá escolher o nome de três novos diretores do Banco Central, inclusive o do substituto do presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto. O mandato dele, e os da diretora de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, Carolina Barros, e do diretor de Regulação, Otávio Damaso, terminarão em dezembro deste ano. E, com isso, os escolhidos pelo petista serão maioria a partir de 2025.